MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA N.º 490, DE 30 DE JUNHO DE 2014

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições conferidas pelo art. 106 e incisos do Regimento Interno do Ministério Público Federal (aprovado pela Portaria PGR nº 591, de 20.11.08), bem como em atenção ao disposto na portaria PRC nº 200, de 15.04.09, RESOLVE:

Designar os servidores ANTONIO PEREIRA LOPES, matrícula 6.078-0, técnico do MPU/apoio técnico-administrativo/administração, e DAMÁRIO BÁRBARA DA SILVA, matrícula 6.629-0, técnico do MPU/apoio técnico-administrativo/administração, como Gestor e Gestor-Substituto, respectivamente, dos seguintes contratos da Procuradoria da República no Município de Umuarama:

a) LABOR OBRAS LTDA, cujo objeto é a prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização;

b) LABOR OBRAS LTDA., cujo objeto é a prestação de serviços de copeiragem, recepção e de auxiliar de serviços gerais;

c) EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, cujo objeto é a prestação de serviços postais diversos;

d) H. PRINT REPROGRAFIA E AUTOMAÇÃO DE ESCRITÓRIOS LTDA., cujo objeto é a prestação de serviços de locação de máquina reprográfica;

e) ANTONIO WALDEMAR GUIDELLI, cujo objeto é a locação de imóvel;

f) OI S/A, cujo objeto é a prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) - Local, nas modalidades fixo-fixo e fixo-móvel;

g) CONSÓRCIO CLARO AMERICEL, cujo objeto é a prestação de Serviço Móvel Pessoal (SMP), para ligações locais, discagem direta à distância - DDD e discagem direta internacional - DDI, nas modalidades móvel-móvel e móvel-fixo;

h) COMPANHIA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL – ALGAR TELECOM, cujo objeto é a prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) – LDN (Longa Distância Nacional) e LDI (Longa Distância Internacional), nas modalidades fixo-fixo e fixo-móvel;

i) QNET TELECOM LTDA., cujo objeto é a prestação de Serviço de provimento de acesso à internet por banda larga de alta velocidade.

Fica revogada a Portaria nº 184, de 19 de março de 2014, publicada em 24/03/14 no Diário do Ministério Público Federal Eletrônico - Caderno administrativo – DMPF-e nº 55/2014, de 21/03/14.

Promova-se o competente termo de responsabilidade.

Dê-se ciência aos interessados.

JOÃO VICENTE BERALDO ROMÃO
Procurador-Chefe

Este texto não substitui o publicado no DMPF-e, Brasília, DF, 2 jul. 2014. Caderno Administrativo, p. 21.

MPF
Ministério Público Federal